



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588
Folha nº
Rubrica:

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0044/2023

1. INTRODUÇÃO

1.1 O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, pela Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel, inscrita no CNPJ sob o nº 26.830.623/0001-85, com sede à Rua Japoranga, 1700, Japuíba, Angra dos Reis, RJ, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, torna público que, devidamente autorizada pela Ordenadora de Despesa, Sra. Berenice Reis Valle Machado, Secretária Hospitalar, ora denominada AUTORIDADE COMPETENTE, na forma do disposto no processo administrativo nº 2023017588, que no dia, hora e endereço eletrônico, indicados no item 4 deste Edital, será realizada a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para formação de ata de registro de preço, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo Decreto Municipal nº 10.931, de 29 de maio de 2018, pelo Decreto Municipal 9829 de 11 de setembro de 2015, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e respectivas alterações, além de pelas demais disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente Edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**, no dia e hora indicados no item 4 deste Edital e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico **www.angra.rj.gov.br**, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa na Secretaria-Executiva de Saúde, à Rua Almirante Machado Portela, nº 85, sala 203, Balneário, Angra dos Reis, RJ, CEP 23.906-190, de 09:30 horas até 16:00 horas, mediante a permuta de uma resma de papel A4, ou uma via digital mediante a portabilidade de 01 (um) pen drive virgem devidamente lacrado em sua embalagem original.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de quaisquer de seus dispositivos em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, na Secretaria-Executiva de Saúde, à Rua Almirante Machado Portela, nº 85, sala 203, Balneário, Angra dos Reis, RJ, CEP 23.906-190, de 09:30 horas até 16:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por meio do correio eletrônico: **ssa.licitacao@angra.rj.gov.br**, até as 16:00 horas do último dia do prazo referido.

1.5.1 Caberá à Pregoeira responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do encerramento do prazo de acolhimento das propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no Setor de Protocolo, à Rua Almirante Machado Portela, nº 85, Térreo, Balneário, Angra dos Reis, RJ, CEP 23.906-190, de 9h30 horas até 16:00 horas, ou, ainda, através do e-mail: **ssa.licitacao@angra.rj.gov.br**, até as 16:00 horas.

1.6.1 Caberá à Pregoeira, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>		<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

1.7 Tanto a respostas às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas mediante nota na página eletrônica do www.comprasgovernamentais.gov.br através do número da licitação e no campo específico para mensagens do sistema eletrônico SIASG, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

2. DO OBJETO E DAS QUANTIDADES

2.1 O objeto do presente Pregão Eletrônico é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de uso hospitalar para atender as demandas da Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel. Os Bens a serem licitados caracterizam-se como bens comuns, conforme previsto no art 1º da Lei Federal 10.520/2002, pois possuem especificações usuais no mercado, conforme as especificações contidas no Termo de Referência – ANEXO I.

2.2 As quantidades do objeto, consistem em mera estimativa e não implicam obrigatoriedade de contratação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

3. DO PRAZO DA ATA, DA ENTREGA E DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

3.2 O prazo de entrega dos materiais, será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pelo Almoxarifado da Fundação Hospital Municipal da Japuíba.

3.3 Os locais de entrega dos bens, objeto deste registro de preços, estão listados no ANEXO IX.

4. DA ABERTURA

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, dirigida pela Pregoeira designada, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Início-acolhimento das propostas e documentos de habilitação	04	09	2023	
Limite-acolhimento das propostas e documentos de habilitação	21	09	2023	
Data da realização do Pregão	21	09	2023	10:00
Processo nº	2023017588			
Tipo	MENOR PREÇO POR ITEM			
Prazo para impugnação	até 3 (três) dias úteis			
Data da publicação	21/09/2023			
Portal	www.comprasgovernamentais.gov.br			
Número da licitação no portal	0044/2023			

4.2 Ocorrendo ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4.3 O horário a que alude a Tabela do subitem 4.1, refere-se ao horário de Brasília/DF.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do **ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃOS PARTICIPANTES e ÓRGÃOS ADERENTES.**

6. DO TIPO DE LICITAÇÃO

6.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema na página eletrônica **www.comprasgovernamentais.gov.br**, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pelo Município.

7.2 Não serão admitidas na licitação:

a) as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

b) as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93, notadamente cônjuge, companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de agente público municipal ocupante de cargo cujas funções interfiram no processo de contratação pública, conforme posicionamento do TCU.

7.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49,

7.3.1.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação nele definidos;

7.3.3 que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.3.4 que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

7.3.5 que a proposta foi elaborada de forma independente.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao provedor do Sistema na página eletrônica **www.comprasgovernamentais.gov.br**

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

8.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de uma chave de identificação e de uma senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao sistema eletrônico.

8.2.1 A licitante deverá dirigir-se ao provedor do sistema e solicitar seu registro, fornecendo todos os documentos que lhe forem solicitados.

8.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio do acesso.

8.5 O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão.

9. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

9.1 Observado o disposto nos itens 7 e 8 deste Edital, a participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao sistema eletrônico, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** no período compreendido entre a data de início e a de encerramento do acolhimento das propostas, conforme item 4.1. deste Edital.

9.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.4 À licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.5 Uma licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

9.5.1 Para tais efeitos, entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou que subsidiem econômica ou financeiramente outra empresa.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

10.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes deverão consignar na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para o item, podendo retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.1.1.1 Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET,

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	---	--	--

qualquer elemento que possa identificar o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.1.1.2 A proposta enviada ao sistema em arquivo anexo, junto com a documentação deverá ser identificada.

10.1.2 O formulário de Proposta de Preços, ANEXO III, inclusive, se for o caso, detalhando a Planilha de Custos, e a Declaração Independente de Proposta, ANEXO II, somente serão utilizados pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

10.1.2.1 Os documentos solicitados no item 10.1.2, assim como, qualquer documento complementar à proposta solicitado pela Pregoeira, devem ser encaminhados no link “*anexar*”, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas do encerramento da etapa de lances.

10.1.3 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada um dos materiais constantes do objeto desta licitação.

10.1.4 No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula.

10.2 A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal, nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

10.3 A licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

10.4 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

10.5 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

10.6 As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 4.

10.6.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do ÓRGÃO SOLICITANTE, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

11. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 No horário previsto no item 4.1 deste Edital, será iniciada a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as suas regras de aceitação.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

11.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela própria licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4 Durante o transcurso da sessão pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

11.5 No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.6 Quando a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserto em campo próprio do sistema eletrônico, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

11.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que, transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 10.5.

11.8.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no país; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país; (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, na forma do item 6.

12.2 O sistema eletrônico informará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a verificação de empate ficto, nos termos do item 12.3 deste Edital, cabendo decisão, pela Pregoeira, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, da negociação visando a redução do valor.

12.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

12.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

12.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior a melhor classificada.

12.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 11.8 e/ou subitem 12.4 deste Edital, a Pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

12.5 O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

12.6 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e nem a validade jurídica destes, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

13. DO CADASTRO DE RESERVA

13.1 Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro das que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

13.1.1 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote;

13.1.2 A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

13.2 Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

a) os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva e

b) os preços e quantitativos das licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p> 	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--

13.2.1 Se houver mais de uma licitante na situação de que trata a alínea **b**, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

13.2.2 A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao Órgão Gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

13.3 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no item 12, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) cancelamento do registro do fornecedor, quando este descumprir as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1 Efetuados os procedimentos previstos nos itens 12 e 13 deste Edital, será analisada a habilitação da licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, assim como as licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada para a formação do Cadastro de Reserva, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, ou através da apresentação de toda a documentação de habilitação previstos no item 14.2.

14.1.1 Os documentos exigidos para a habilitação que não estejam contemplados no SICAF, deverão ser encaminhados até a data limite prevista no item 4.1 deste Edital.

14.1.2 Todos os documentos para fins habilitatórios deverão ser encaminhados devidamente escaneados no link “*anexar*”.

14.1.3 Uma vez recebidos os documentos, a Pregoeira consultará o Cadastro de Fornecedores do Município, o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Portal Transparência da Controladoria Geral da União.

14.1.4 Caso a licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.1.1, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação, ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo à Pregoeira declarar tal condição.

14.2 As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação no certame:

14.2.1 Habilitação Jurídica:

14.2.1.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	---	--	--

b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração.

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

14.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

14.2.2.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) Caso a licitante esteja estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	---	--	--

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, em razão do objeto social, está isenta de inscrição municipal.

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

14.2.2.2 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

14.2.2.3 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento da interessada, a critério exclusivo da Administração Pública.

14.2.2.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.2.3 Qualificação Econômico-Financeira

14.2.3.1 O licitante detentor da proposta ou lance de menor valor deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

14.2.3.2 Não será causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

14.2.4 Qualificação Técnica

14.2.4.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a entrega anterior, do objeto licitado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do presente Pregão.

b) Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde, conforme observação na descrição do material, constante no Item 1.1 deste Termo, ou documentação comprobatória de isenção de registro.

14.2.5 Declaração da licitante (ANEXO V) de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

14.2.6 Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do ANEXO IV – Declaração de Inexistência de Penalidade.

14.2.7 Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do ANEXO VI do Edital.

14.3 Deverá ser encaminhado no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas, a contar do momento em que for declarado vencedor no certame, todos os documentos em original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.4 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

14.5 Constatado o atendimento às exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela própria Pregoeira, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

14.6 Se a licitante desatender às exigências previstas no item 14, a Pregoeira examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1 A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se imediatamente após a declaração do vencedor pela Pregoeira, expondo os motivos por meio do sistema eletrônico. Na hipótese de ser aceito o recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido à Pregoeira.

15.2. As razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail **ssa.licitacao@angra.rj.gov.br**, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da declaração do vencedor do certame.

15.3 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 15.1.

15.4 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

15.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio da Pregoeira que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

16. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Não sendo interposto recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento.

16.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, a licitante vencedora, assim como as licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocadas, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a lavratura da ata de registro de preços.

16.2.1 Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme definido neste Edital e no anexo I – Termo de Referência.

16.3 Como condição para a lavratura da ata de registro de preços a vencedora, assim como as licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo II, em atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.11.

16.4 Na hipótese de não atendimento ao item 16.3 poderá o órgão gerenciador proceder à convocação das demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

16.5 Deixando o adjudicatário de lavrar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá a Pregoeira examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva.

16.6 Uma vez formado o Cadastro de Reserva, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.

16.7 Uma vez lavrada a Ata de Registro de Preços o órgão gerenciador, os órgãos participantes e os órgãos aderentes estarão aptos a proceder aos procedimentos para as respectivas contratações, estes últimos, desde que observadas as condições do item 18.

16.8 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal da PMAR: www.angra.rj.gov.br e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

17 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DOS ÓRGÃOS ADERENTES

17.2 Os bens, objeto do registro de preços, poderão ser contratados pelo órgão gerenciador e pelos órgãos e entidades do Município de Angra dos Reis, ora denominados órgãos participantes, conforme relação constante do anexo VIII

17.2.1 A ata de registro de preços (Anexo VII) poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidades do Município, que não tenham participado do certame licitatório, ora denominados órgãos aderentes.

17.2.1.1 Podem também ser considerados órgãos aderentes os órgãos ou entidades municipais, distritais, de outros estados e federais, resguardadas as disposições de cada ente, desde que atendido o item 22 deste edital.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	---	--	--

17.3 As quantidades estimadas para a contratação pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes e órgãos aderentes (não participantes), estão descritas no item 1.1 do Termo de Referência.

17.4 O quantitativo decorrente da contratação pelos órgãos aderentes não ultrapassará, na totalidade, ao quíntuplo de cada item da ata de registro de preços e nem poderá exceder, por órgão aderente, a cem por cento do quantitativo de cada item desta licitação, registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.5 Cabe à licitante consultar com antecedência os seus fornecedores, visando a adequada execução da Ata de Registro de Preços.

17.6 É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO ADERENTE

18.1 O órgão aderente poderá, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem em sua utilização por meio da realização de pesquisa de mercado, aderir à Ata de Registro de Preços.

18.2 O órgão gerenciador só poderá autorizar as adesões por órgão aderente municipal, distrital, de outros estados e federal após transcorrida metade do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e realizada a primeira contratação por órgão participante.

18.3 O fornecedor beneficiário não está obrigado a aceitar o fornecimento decorrente da adesão pelo órgão aderente.

18.4 Desde que o fornecimento, objeto da adesão, não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes o fornecedor poderá contratar com o órgão aderente.

18.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão aderente deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, devendo cumprir as atribuições inerentes aos órgãos participantes e demais orientações do órgão gerenciador.

18.6 O órgão aderente deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder à consulta ao Cadastro de Fornecedores Municipais e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

18.7 Compete ao órgão aderente:

- a) Aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;
- b) Realizar os pagamentos relativos às suas contratações;
- c) Os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas;
- d) A aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo registrar no Cadastro de Fornecedores Municipais as penalidades aplicadas ou informá-las ao órgão gerenciador, quando se tratar dos órgãos ou entidades que não pertençam ao Município de Angra dos Reis.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

18.8 O órgão gerenciador deverá zelar para que o quantitativo total das contratações pelos órgãos aderentes observe o limite fixado no item 1.1 do Termo de Referência.

19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- b) Não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

19.1.1 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do item 19.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

19.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

20. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

20.1 Realizada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

20.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução da contratação.

20.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta-corrente da instituição financeira contratada pelo Município, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a emissão do empenho.

21.2 No caso de a contratada estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pela contratante a impossibilidade de a contratada, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta-corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta-corrente

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela contratada.

21.3 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

21.3.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

21.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

21.5 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

22.1 A inexecução da entrega, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

22.2 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

22.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

22.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

22.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

22.4.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 22.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

22.4.2 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, previstas na alínea c, do item 22.1, serão impostas pelo próprio Secretário

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	---	--	--

Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação da própria Secretária Hospitalar.

22.4.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 22.1, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

22.5 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 22.1:

- a)** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor empenhado, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c)** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d)** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e)** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do empenho.

22.6 A suspensão temporária da participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração Pública, previstas na alínea c, do item 22.1:

- a)** não poderão ser aplicadas em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverão ser aplicadas quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

22.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 22.1, perdurará pelo tempo em que durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

22.7.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

22.8 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela contratante ou da aplicação das sanções administrativas.

22.9 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 22.1, e no item 22.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

22.10 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da contratação, garantido o contraditório e a defesa prévia.

22.11 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>		<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

22.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

22.11.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

22.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 22.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 22.1.

22.11.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

22.12 A recusa injustificada do adjudicatário em entregar o(s) bem(s) dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do empenho, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

22.13 As penalidades previstas no item 22.1 também poderão ser aplicadas às licitantes e ao adjudicatário.

22.13.1 As licitantes, os adjudicatários e as contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Angra dos Reis, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

22.14 As penalidades impostas às licitantes serão registradas pelo órgão licitante no Cadastro de Fornecedores do Município.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 É facultada à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

23.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

23.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

23.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

23.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

23.6 Acompanham este edital os seguintes ANEXOS:

I – Termo de Referência

II – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

III – Modelo de Formulário de Proposta de Preços

IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade

V – Modelo de Declaração para Atendimento ao inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93

VI – Modelo de Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007

VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

VIII – Relação dos Órgãos Participantes

IX – Local de Entrega dos Bens

23.7 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

23.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio da Pregoeira e da Equipe de Apoio.

23.9 O foro da cidade do Angra dos Reis é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dele decorrentes.

Angra dos Reis, 04 de setembro de 2023

Responsável

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de uso hospitalar para atender as demandas da Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel, por um período de 12 meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.1 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO	UND	CATMAT
1	35	PINÇA SELADORA- Pinça seladora de aprox. 36-40 cm para realização de cirurgias oncológicas; dispositivo de selagem de tecido, para selagem e corte de tecidos, com temperatura controlada e mínima dispersão térmica, bipolar, cirurgia convencional, e com diâmetro de haste medindo 5 mm; rotação de 360 graus, ponta reta; compatível com gerador que deverá ser fornecido por comodato , estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto, registro na ANVISA.	UND	433060
2	06	PINÇA SELADORA- Pinça seladora de aprox. 20-24 cm para realização de cirurgias oncológicas; dispositivo de selagem de tecido, para selagem e corte de tecidos, com temperatura controlada e mínima dispersão térmica, bipolar, cirurgia convencional, e com diâmetro de haste medindo 5 mm; rotação de 360 graus, ponta reta; compatível com gerador que deverá ser fornecido por comodato , estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto, registro na ANVISA.	UND	433060
3	08	Grampeador Cirurgico Circular 24mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	428437



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

4	04	Grampeador Cirurgico Circular 26mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	428437
5	20	Grampeador Cirurgico Circular 29mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	428440
6	30	Grampeador Cirurgico Circular 32mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	428441
7	40	Grampeador Cirúrgico Reto Grampeador cirúrgico, formato linear, tipo cortante, comprimento cerca de 80 mm, deverá vir com carga de grampos, entre 70mm a 85mm do comprimento da linha de grampos, altura de grampos 3,8 mm, com marcação de indicação de extremidade, indicador de comprimento dos lados da mandíbula, modelo recarregável, carregado c/ grampo titânio, aplicação p/ tecido normal, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	430383
8	80	Carga para grampeador linear cortante 80mm - 3,8mm - carga para grampeador cirúrgico, compatibilidade* com grampeador linear, grampos de titânio de 3,8mm de altura, aplicação* p/ tecido normal, modelo c/ 2 linhas duplas de grampo, largura cerca 80 mm, estéril, uso único. OBS: Requer Registro ANVISA	CX	433527
9	200	Cateter Venoso Central de Inserção Periférico 2FR Cateter em silicone com marcação centimétrica 2FR(30cm), introdutor tipo agulha com aletas macias, fixação Subcutânea, conectores padrão, clamp em todas vias e tampas. Kit introdutor completo, estéril, descartável, embalagem individual. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	381707



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

10	200	Cateter Venoso Central de Inserção Periférico 2,5FR Cateter em silicone com marcação centimétrica 2,5FR(60cm), introdutor tipo agulha com aletas macias, fixação Subcutânea, conectores padrão, clamp em todas vias e tampas. Kit introdutor completo, estéril, descartável, embalagem individual. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	398747
11	20	Kit de nebulização infantil- kit de nebulização infantil com conexão para oxigênio, MASCARA INFANTIL, elástico, extensão e micronebulizador (recipiente para medicamento). OBS: Requer Registro ANVISA	UND	234315
12	100	Kit completo para C.P.A.P nasal 10 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone- é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA	KIT	454156
13	100	Kit completo para C.P.A.P nasal 12 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone- é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	454157
14	100	Kit completo para C.P.A.P nasal 15 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone-é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	454158
15	02	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 3 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	288541
16	02	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 2 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	288540



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588
Folha nº
Rubrica:

17	02	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 1 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	288539
18	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Tam 00 (50,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto)	UND	450961
19	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº0 (60,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	450962
20	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº1 (70,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto)	UND	450963
21	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº2 (80,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	450964
22	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº3 (90,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	450965
23	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº4 (100,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	450966
24	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº5 (110,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	450967



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

25	50	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº6 (120,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	450968
26	03	Máscara reanimadora infantil – nº0 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	456406
27	03	Máscara reanimadora infantil – nº1 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	456406
28	03	Máscara reanimadora infantil – nº2 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	456406
29	16	Máscara de não reinalação – TAM infantil com reservatório para oxigênio terapia e anestesia. Confeccionada em vinil macio e transparente. Com presilha ajustável de nariz com fixação confortável. Faixa elástica ajustável à face do paciente. Válvula de controle de baixa resistência previne a reinalação de gases, possui duas membranas na máscara que permite a eliminação do gás exalado. Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750ml e tubo de suprimento de gás com 2,10 m de comprimento. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	313429

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

1.2 – Havendo divergência entre o produto descrito no CATMAT e o informado na descrição complementar, vale o informado na descrição complementar.

1.3 – As propostas deverão ser apresentadas com o número de registro conforme Item ou documentação comprobatória de isenção de registro.

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1 DA JUSTIFICATIVA DE AQUISIÇÃO

2.1.1 – O presente registro visa dar continuidade aos atendimentos nesta unidade hospitalar, suprimindo as necessidades das demandas existentes de internação e atendimentos emergenciais. Os insumos solicitados fazem parte de toda rotina de atendimento.

2.1.2 – Os insumos solicitados neste Termo fazem parte de registros de preços anteriores já próximo do fim da vigência, bem como de itens não contemplados no Pregão Presencial 024/2022

2.2 – JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

2.2.1 -O Hospital Municipal da Japuíba é referência regional para atendimentos de urgência e emergência 24 horas. Está localizado na rodovia entre os municípios de Mangaratiba e Paraty. Atendemos uma média de 350 atendimentos/dia pelo SPA, uma média de 300 internações/mês e 300 cirurgias realizadas mês, entre urgências e eletivas.

2.2.2 -O HMJ é uma autarquia Municipal com atendimento de média e alta complexidade Hospitalar e Ambulatorial, através de demanda espontânea e referenciada. É um hospital de “porta aberta”, com 150 leitos cadastrados no CNES 7354746, atendendo 24 horas por dia e em todos os dias da semana, sendo referência em atendimento de urgência e emergência e vaga zero para diversas especialidades.

3 – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

3.1- A despesa decorrente desta aquisição correrá às contas das seguintes:

Fonte: 160000000

Ficha:20231970

A despesa decorrente desta aquisição correrá à conta da dotação orçamentária nº 33.3301.10.122.0204.2691.33903036

4 – DOS PRAZOS

4.1 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

4.2 – DA ENTREGA

O prazo de entrega dos materiais/equipamentos, será de 48 horas, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pelo Almoxarifado da Fundação Hospital Municipal da Japuíba.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>		<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

4.3 – DA PROPOSTA

O prazo de validade será de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da proposta.

4.4 – DE GARANTIA / VALIDADE

O prazo será do fabricante, não podendo ser inferior ao da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 do Código de defesa do Consumidor.

5 – DO VALOR ESTIMADO

5.1 – Estima-se para o referido objeto o **valor por item** de R\$ ____ (.....)

6 – DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 – O objeto solicitado deverá ser entregue na Superintendência de Manutenção Predial, situada na Rua Japoranga nº1700, Bairro Japuíba, Angra dos Reis, RJ, no período compreendido entre 9h e 16h, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais.

7 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 – A empresa deverá apresentar atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito publico ou privado, que comprove(m) o serviço ou entrega anterior, do objeto licitado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do presente termo.

8 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 – Efetuada a entrega, o objeto será recebido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, nos termos do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme a seguir:

I – provisoriamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações consignadas no item 4, deste TERMO DE REFERÊNCIA;

II – definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.2 – O recebimento provisório ou definitivo pelo Município não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou por este Termo.

9 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

As partes devem cumprir as cláusulas avençadas neste termo, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	---	--	--

9.1 – DA CONTRATADA

a – Manter durante todo o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fatos impeditivos da manutenção dessas condições.

b – Fornecer os materiais de forma condizente ao objeto solicitado promovendo por sua conta despesas de transporte e tributos de qualquer natureza, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega, resguardando a máxima qualidade e quantidade necessária, sempre em conformidade com as especificações deste Termo.

c – Dispor de veículo necessário e adequado para o transporte, bem como, de carregadores para a descarga dos materiais no local de entrega.

d – Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE.

e – Respeitar o prazo de entrega, bem como, cumprir todas as demais exigências impostas neste Termo.

f – Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o fornecimento dos materiais, respondendo por si e por seus sucessores.

g – Responsabilizar-se por quaisquer materiais entregues, que se encontrar com defeito de fabricação, fora das especificações deste Termo e diferentes das cotadas em sua proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias após o recebimento da notificação do Solicitante.

h – Comunicar o CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

i – Efetuar a entrega dos materiais, na data prevista, em perfeitas condições, no local indicado pelo CONTRATANTE.

9.2 – DO CONTRATANTE

a – Promover o acompanhamento e fiscalização durante o fornecimento do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas da CONTRATADA.

b – Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste Termo.

c – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo.

d – Expedir a Ordem de Fornecimento por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA.

e – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para o fiel cumprimento das obrigações.

f – Notificar a CONTRATADA, caso constatare que as características básicas não correspondem às exigências do presente Termo, que providenciará a substituição, no prazo de 3 (três) dias, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>		<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

10 – DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da contratação, caberá ao servidor designado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Angra dos Reis, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, sua falta ou impedimento, pelo seu substituto.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou do fornecimento, os interessados:

I) cuja falência tenha sido decretada, em curso de credores, em dissolução, em processo de liquidação e em consórcios ou associações de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

II) suspensos temporariamente de participação em licitação e impedidos de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

III) declarados inidôneos para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

IV) cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;

V) que se encontrem enquadrados nas vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

VI) constituídos sob a forma de cooperativas que configurem intermediação de mão de obra subordinada (Lei Federal nº 12.690/2012, art. 5º; súmula 281 do TCU; Instrução Normativa nº 02/008 do MPOG, art. 4º, incisos I, II).

Angra dos Reis, _____ de _____ de 2023.

Carimbo e assinatura do responsável

Aprovo, em ____ de _____ de 2023.

Berenice Reis Valle Machado
Secretária Hospitalar

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>		<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Local e data

Ao(à) Sr(a)

Pregoeiro(a)

Ref. Pregão Eletrônico nº 0044/2023

A empresa, NOME DA ENTIDADE, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do Órgão Licitante antes da abertura oficial das propostas e;

f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588
Folha nº
Rubrica:

ANEXO III

MODELO DE FORMULÁRIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Local e data
Ao(à) Sr(a)
Pregoeiro(a)
Ref. Pregão Eletrônico nº 0044/2023

A empresa, NOME DA ENTIDADE, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARA inteira submissão ao Edital do Pregão Eletrônico nº 000/2023 e seu respectivo Termo de Referência, correspondente à licitação a qual está vinculada. Que nos preços abaixo ofertados estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Pregão, abrangendo todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(s) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL () SIM () NÃO

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	35	UND	PINÇA SELADORA- Pinça seladora de aprox. 36-40 cm para realização de cirurgias oncológicas; dispositivo de selagem de tecido, para selagem e corte de tecidos, com temperatura controlada e mínima dispersão térmica, bipolar, cirurgia convencional, e com diâmetro de haste medindo 5 mm; rotação de 360 graus, ponta reta; compatível com gerador que deverá ser fornecido por comodato , estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto, registro na ANVISA. OBS: Requer Registro ANVISA			
02	06	UND	PINÇA SELADORA- Pinça seladora de aprox. 20-24 cm para realização de cirurgias oncológicas; dispositivo de selagem de tecido, para selagem e corte de tecidos, com temperatura controlada e mínima dispersão térmica, bipolar, cirurgia convencional, e com diâmetro de haste medindo 5 mm; rotação de 360 graus, ponta reta; compatível com gerador que deverá ser fornecido por comodato , estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto, registro na ANVISA. OBS: Requer Registro ANVISA			



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

03	08	UND	Grampeador Cirurgico Circular 24mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA			
04	04	UND	Grampeador Cirurgico Circular 26mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA			
05	20	UND	Grampeador Cirurgico Circular 29mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA			
06	30	UND	Grampeador Cirurgico Circular 32mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA			
07	40	UND	Grampeador Cirurgico Reto Grampeador cirúrgico, formato linear, tipo cortante, comprimento cerca de 80 mm, deverá vir com carga de grampos, entre 70mm a 85mm do comprimento da linha de grampos, altura de grampos 3,8 mm, com marcação de indicação de extremidade, indicador de comprimento dos lados da mandíbula, modelo recarregável, carregado c/ grampo titânio, aplicação p/ tecido normal, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA			



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

08	80	CX	Carga para grampeador linear cortante 80mm - 3,8mm - carga para grampeador cirúrgico, compatibilidade* com grampeador linear, grampos de titânio de 3,8mm de altura, aplicação* p/ tecido normal, modelo c/ 2 linhas duplas de grampo, largura cerca 80 mm, estéril, uso único. OBS: Requer Registro ANVISA			
09	200	UND	Cateter Venoso Central de Inserção Periférico 2FR Cateter em silicone com marcação centimétrica 2FR(30cm), introdutor tipo agulha com aletas macias, fixação Subcutânea, conectores padrão, clamp em todas vias e tampas. Kit introdutor completo, estéril, descartável, embalagem individual. OBS: Requer Registro ANVISA			
10	200	UND	Cateter Venoso Central de Inserção Periférico 2,5FR Cateter em silicone com marcação centimétrica 2,5FR(60cm), introdutor tipo agulha com aletas macias, fixação Subcutânea, conectores padrão, clamp em todas vias e tampas. Kit introdutor completo, estéril, descartável, embalagem individual. OBS: Requer Registro ANVISA			
11	20	UND	Kit de nebulização infantil- kit de nebulização infantil com conexão para oxigênio, MASCARA INFANTIL, elástico, extensão e micronebulizador (recipiente para medicamento). OBS: Requer Registro ANVISA			
12	100	KIT	Kit completo para C.P.A.P nasal 10 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone- é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA			
13	100	UND	Kit completo para C.P.A.P nasal 12 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone- é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA			
14	100	UND	Kit completo para C.P.A.P nasal 15 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone-é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA			



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

15	02	UND	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 3 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA			
16	02	UND	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 2 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA			
17	02	UND	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 1 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA			
18	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Tam 00 (50,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto)			
19	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Nº0 (60,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA			
20	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Nº1 (70,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto)			



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

21	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Nº2 (80,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA			
22	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Nº3 (90,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA			
23	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Nº4 (100,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA			
24	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Nº5 (110,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA			
25	50	UND	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Nº6 (120,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA			
26	03	UND	Máscara reanimadora infantil – nº0 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA			



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

27	03	UND	<p>Máscara reanimadora infantil – nº1 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA</p>			
28	03	UND	<p>Máscara reanimadora infantil – nº2 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA</p>			
29	16	UND	<p>Máscara de não reinalação – TAM infantil com reservatório para oxigênio terapia e anestesia. Confeccionada em vinil macio e transparente. Com presilha ajustável de nariz com fixação confortável. Faixa elástica ajustável à face do paciente. Válvula de controle de baixa resistência previne a reinalação de gases, possui duas membranas na máscara que permite a eliminação do gás exalado. Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750ml e tubo de suprimento de gás com 2,10 m de comprimento. OBS: Requer Registro ANVISA</p>			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ _____

PRAZO DE VALIDADE: 60 dias a contar da apresentação à Pregoeira.

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>	 <p>Hospital Municipal da Japuíba</p>	<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data
Ao(à) Sr(a)
Pregoeiro(a)
Ref. Pregão Eletrônico nº 0044/2023

A empresa, NOME DA ENTIDADE, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Municipal direta ou indireta e de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, que até a presente data inexistem fatos supervenientes à emissão das certidões apresentadas, impeditivos a sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

	<p>Estado do Rio de Janeiro MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel Hospital Municipal da Japuíba</p>		<p>Processo nº 2023017588 Folha nº Rubrica:</p>
---	--	--	--

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO
AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI Nº 8.666/93**

Local e data
Ao(à) Sr(a)
Pregoeiro(a)
Ref. Pregão Eletrônico nº 0044/2023

A empresa, NOME DA ENTIDADE, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007

Local e data

Ao(à) Sr(a)

Pregoeiro(a)

Ref. Pregão Eletrônico nº 0044/2023

A empresa, NOME DA ENTIDADE, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARA que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588
Folha nº
Rubrica:

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ do mês de _____ de 2023, a FUNDAÇÃO HOSPITALAR JORGE ELIAS MIGUEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 26.830.623/0001-85, com sede à Rua Japoranga, 1700, Japuíba, Angra dos Reis, RJ, neste ato representada pela Secretária Hospitalar, Sra. Berenice Reis Valle Machado, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto Municipal nº 10.931, de 29/05/2015, do Decreto Municipal nº 9.829, de 11/09/2015, pelo Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, da Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0044/2023, RESOLVE registrar os preços ofertados pelo fornecedor beneficiário _____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, tel _____, e-mail _____, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unid	Quantidade			Valor Unit	Marca/ Modelo
			Órgão Gerencia dor	Total registrado e limite por adesão	Limite decorrente de adesões		
01	PINÇA SELADORA- Pinça seladora de aprox. 36-40 cm para realização de cirurgias oncológicas; dispositivo de selagem de tecido, para selagem e corte de tecidos, com temperatura controlada e mínima dispersão térmica, bipolar, cirurgia convencional, e com diâmetro de haste medindo 5 mm; rotação de 360 graus, ponta reta; compatível com gerador que deverá ser fornecido por comodato , estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto, registro na ANVISA.	UND	35	35	175		
02	PINÇA SELADORA- Pinça seladora de aprox. 20-24 cm para realização de cirurgias oncológicas; dispositivo de selagem de tecido, para selagem e corte de tecidos, com temperatura controlada e mínima dispersão térmica, bipolar, cirurgia convencional, e com diâmetro de haste medindo 5 mm; rotação de 360 graus, ponta reta; compatível com gerador que deverá ser fornecido por comodato , estéril, embalado em material que garanta a integridade do produto,	UND	06	06	30		



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

	registro na ANVISA.						
03	Grampeador Cirurgico Circular 24mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	08	08	40		
04	Grampeador Cirurgico Circular 26mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	04	04	20		
05	Grampeador Cirurgico Circular 29mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	20	20	100		
06	Grampeador Cirurgico Circular 32mm Grampeador cirúrgico circular intraluminal, formato corpo curvo, material grampo titânio, diâmetro grampo de acordo com numeração do grampeador, sistema de rotação de lâmina, bloqueio de segurança automático integrado, altura ajustável de fechamento do grampo de 24mm / 26mm / 29mm / 32 mm, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	30	30	150		
07	Grampeador Cirúrgico Reto Grampeador cirúrgico, formato linear,	UND	40	40	200		



	tipo cortante, comprimento cerca de 80 mm, deverá vir com carga de grampos, entre 70mm a 85mm do comprimento da linha de grampos, altura de grampos 3,8 mm, com marcação de indicação de extremidade, indicador de comprimento dos lados da mandíbula, modelo recarregável, carregado c/ grampo titânio, aplicação p/ tecido normal, estéril, descartável. OBS: Requer Registro ANVISA						
08	Carga para grampeador linear cortante 80mm - 3,8mm - carga para grampeador cirúrgico, compatibilidade* com grampeador linear, grampos de titânio de 3,8mm de altura, aplicação* p/ tecido normal, modelo c/ 2 linhas duplas de grampo, largura cerca 80 mm, estéril, uso único. OBS: Requer Registro ANVISA	CX	80	80	400		
09	Cateter Venoso Central de Inserção Periférico 2FR Cateter em silicone com marcação centimétrica 2FR(30cm), introdutor tipo agulha com aletas macias, fixação Subcutânea, conectores padrão, clamp em todas vias e tampas. Kit introdutor completo, estéril, descartável, embalagem individual. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	200	200	1000		
10	Cateter Venoso Central de Inserção Periférico 2,5FR Cateter em silicone com marcação centimétrica 2,5FR(60cm), introdutor tipo agulha com aletas macias, fixação Subcutânea, conectores padrão, clamp em todas vias e tampas. Kit introdutor completo, estéril, descartável, embalagem individual. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	200	200	1000		
11	Kit de nebulização infantil- kit de nebulização infantil com conexão para oxigênio, MASCARA INFANTIL, elástico, extensão e micronebulizador (recipiente para medicamento). OBS: Requer Registro ANVISA	UND	20	20	100		
12	Kit completo para C.P.A.P nasal 10 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone- é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar	KIT	100	100	500		



	através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA						
13	Kit completo para C.P.A.P nasal 12 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone- é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	100	100	500		
14	Kit completo para C.P.A.P nasal 15 FR- Kit completo para C.P.A.P nasal neonatal, 100% silicone-é indicado para administrar um fluxo contínuo de ar através de ventilação mecânica não invasiva por meio de cânula nasal. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	100	100	500		
15	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 3 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	02	02	10		
16	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 2 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	02	02	10		
17	Capacete acrílico(HOOD) – TAM 1 capacete de acrílico de formato cilíndrico para oxigênio, tampa removível de acesso com um orifício central de entrada de sensor de oxigênio(ou termômetro) uma abertura frontal par pescoço do paciente e outras duas, pequenas , laterais, para liberação de excesso de co2, no caso de falta de oxigênio.	UND	02	02	10		



	OBS: Requer Registro ANVISA						
18	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL – Tam 00 (50,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto)	UND	50	50	250		
19	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº0 (60,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	50	50	250		
20	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº1 (70,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto)	UND	50	50	250		
21	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº2 (80,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	50	50	250		
22	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº3 (90,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	50	50	250		
23	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº4 (100,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos	UND	50	50	250		



	dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA						
24	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº5 (110,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	50	50	250		
25	CÂNULA OROFARÍNGEA DE GUEDEL –Nº6 (120,0MM) Mantém a língua distante da parede posterior da faringe e protege o tubo endotraqueal da compressão dos dentes. Tamanhos: 00 a 6. Material: PVC flexível, polipropileno (inserto) OBS: Requer Registro ANVISA	UND	50	50	250		
26	Máscara reanimadora infantil – nº0 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	03	03	15		
27	Máscara reanimadora infantil – nº1 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em	UND	03	03	15		



	reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA						
28	Máscara reanimadora infantil – nº2 Máscara facilita manual silicone, transparente que se ajusta firmemente, envolvendo o nariz e boca e se adapta ao sistema bolsa mascara(ambu). Para utilização em reanimador manual (ambu). Balão e reservatório produzidos em silicone de grau farmacêutico (Certificado ISO 10.993) de alta resistência a variações de temperatura e repetidos ciclos de esterilização, os reanimadores Standard garantem excelente durabilidade, eficiência em reanimação e praticidade aos profissionais que os utilizam. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	03	03		15	
29	Máscara de não reinalação – TAM infantil com reservatório para oxigênio terapia e anestesia. Confeccionada em vinil macio e transparente. Com presilha ajustável de nariz com fixação confortável. Faixa elástica ajustável à face do paciente. Válvula de controle de baixa resistência previne a reinalação de gases, possui duas membranas na máscara que permite a eliminação do gás exalado. Sistema completo, com bolsa reservatória de capacidade de 750ml e tubo de suprimento de gás com 2,10 m de comprimento. OBS: Requer Registro ANVISA	UND	16	16		80	

Constitui anexo do presente instrumento a ata de realização da sessão pública, que conterà as informações das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços pelos preços acima, ora registrados, nos termos do inciso II, §1º e §4º do art. 11 do Decreto 9.829/2015, para Formação do Cadastro de Reserva.

O Edital do Pregão nº 0044/2023 e seus Anexos no Processo Administrativo nº 2023017588 integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588
Folha nº
Rubrica:

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pela representante legal do Município de Angra dos Reis e pelo Fornecedor Beneficiário.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR JORGE ELIAS MIGUEL

NOME DA BENEFICIÁRIA

SECRETÁRIA HOSPITALAR

NOME DO REPRESENTANTE



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588

Folha nº

Rubrica:

ANEXO VIII

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 – Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Fundação Hospitalar Jorge Elias Miguel
Hospital Municipal da Japuíba



Processo nº 2023017588
Folha nº
Rubrica:

ANEXO IX

LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
SETOR DE ALMOXARIFADO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR JORGE ELIAS MIGUEL	Rua Japoranga, nº 1700	Japuíba